

**ILUSTRÍSSIMA SENHORA LAYANY RAMALHO LOPES DA SILVA,
PRESIDENTE DA COMISSÃO INTERNA DE CONTRATOS DE GESTÃO EM
SERVIÇOS DE SAÚDE DA SECRETÁRIA DE SAÚDE DO ESTADO DE GOIÁS**

**INSTRUMENTO DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 03/2023-SES/GO
PROCESSO: 202300010023378**

**Assunto: Recurso - Instrumento de Chamamento Público Nº 03/2023-SES/GO
Processo: 202300010023378 da Secretaria de Estado da Saúde de Goiás,
acerca da convocação pública para a gestão, operacionalização e execução dos
serviços de saúde no Hospital Estadual de Aparecida de Goiânia - Caio Louzada
(HEAPA).**

O INSTITUTO SÓCRATES GUANAES – ISG, associação civil sem fins lucrativos, qualificada como organização social no Estado de Goiás, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 03.969.808/0001-70, com sede na Rua Coronel Almerindo Rehen, 82, 4º Andar, Sala 405, Ed. Bahia Executive Center, Salvador/BA, CEP 41.820-768, neste ato representado na forma de seu estatuto social, com fundamento no item 11.3 do Instrumento de Chamamento Público em epígrafe, vem, respeitosamente apresentar

RECURSO ADMINISTRATIVO

com pedido de reconsideração, contra o Despacho 191/2023/SES/CICGSS-06505 que republicou as matrizes de avaliação apenas com a correção da tabela FA2, a fim de que seja majorada a Nota Técnica do Recorrente neste campo.

Caso não seja deferida a reconsideração pleiteada, requer-se o encaminhamento do presente recurso, devidamente informado à autoridade superior competente, a fim de que seja recebido e processado em seus regulares

www.isgsaude.org

SALVADOR - BA

Rua Coronel Almerindo Rehen, nº 82
Ed. Bahia Executive Center, 4º andar
sl. 405 - cep: 41.820-768
Caminho das Árvores, Salvador BA
tel: +55 71 4062.8888

RIO DE JANEIRO - RJ

Praia do Flamengo, 66 - Bloco B
sl. 1002 - cep: 22210-030
Flamengo, Rio de Janeiro - RJ
tel: +55 21 3559.6848

GOIÂNIA - GO

Avenida Olinda, Qd H-4
Lt.01 ao 03 - cep: 74884-120
Park Lozandes, Goiânia - GO
tel: +55 62 3201.3619

SÃO PAULO - SP

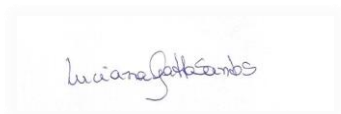
Av. Brigadeiro Luís Antônio, 2729
6º andar - cep: 01.401-000
Jardim Paulista, São Paulo - SP
tel: +55 11 4003.1543

efeitos, pelos motivos de fato e de direito adiante expendidos, nos termos do item 11.3.2 do Instrumento de Chamamento Público nº 03/2023-SES/GO.

Além disso, pugna pelo processamento integral do recurso administrativo originalmente protocolado pelo ISG, incorporando-se as razões presentes neste com o documento devidamente publicizado na página da Secretaria de Estado da Saúde de Goiás no dia 08.12.2023¹.

Termos em que pede deferimento.

Goiânia, 14 de dezembro de 2.023.



Luciana Gatto

Assessora Jurídica

Instituto Sócrates Guanaes – ISG

Signed by:

Ernesto Stangueti

diretor.financeiro@isgsaude.org
(Brasília) 15/12/2023 18:54:06

Dr. Ernesto Stangueti

Diretor Financeiro

Instituto Sócrates Guanaes – ISG

¹ [Secretaria da Saúde - Secretaria da Saúde \(saude.go.gov.br\)](https://saude.go.gov.br) Acesso em 14/12/2023.

RAZÕES RECURSAIS

Recorrente: **INSTITUTO SÓCRATES GUANAES -ISG**

I. DA TEMPESTIVIDADE

Nos termos do item 11.3 do Instrumento De Chamamento Público Nº 03/2023-SES/GO, cabe a interposição de recurso administrativo em face da decisão que consolidou o resultado da fase de Propostas de Trabalho, no prazo de 3 (três) úteis dias.

No caso em tela, o ora Recorrente foi intimado da Republicação das matrizes de avaliação por meio do Despacho 191/2023/SES/CICGSS-06505 no dia 13 de dezembro de 2.023, com a publicação da referida decisão no sítio eletrônico.

Sendo assim, verifica-se a tempestividade do presente recurso administrativo.

II. ESCOPO DO RECURSO

Cuida-se Chamamento Público que visa a seleção de organização social para gestão, operacionalização e execução dos serviços de saúde no Hospital Estadual de Aparecida de Goiânia -Caio Louzada (HEAPA),

www.isgsaude.org

SALVADOR - BA

Rua Coronel Almerindo Rehen, nº 82
Ed. Bahia Executive Center, 4º andar
sl. 405 - cep: 41.820-768
Caminho das Árvores, Salvador BA
tel: +55 71 4062.8888

RIO DE JANEIRO - RJ

Praia do Flamengo, 66 - Bloco B
sl. 1002 - cep: 22210-030
Flamengo, Rio de Janeiro - RJ
tel: +55 21 3559.6848

GOIÂNIA - GO

Avenida Olinda, Qd H-4
Lt.01 ao 03 - cep: 74884-120
Park Lozandes, Goiânia - GO
tel: +55 62 3201.3619

SÃO PAULO - SP

Av. Brigadeiro Luís Antônio, 2729
6º andar - cep: 01.401-000
Jardim Paulista, São Paulo - SP
tel: +55 11 4003.1543

promovido pela Secretária de Saúde do Estado de Goiás.

O Instrumento De Chamamento Público 03/2023-SES-GO exige, entre outros requisitos, o envio de proposta de trabalho, dividida em três tópicos essenciais:

FA1 – Modelo Gerencial: Avalia a adequação da proposta da entidade proponente aos serviços e execução das atividades assistenciais à capacidade operacional da unidade. Demonstra potencialidade quanto à organização, quando atende a processos sistematizados capazes de produzir resultado dentro de um contexto de produção de serviços, baseado na implantação de fluxos, da gestão e de processos. Propõe incrementos de atividades.

FA2 - Ações voltadas à qualidade: Expressa e promove meios para a obtenção de nível ótimo de desempenho dos serviços para a efetividade das ações de assistência e a humanização das relações entre equipe profissional, usuários e comunidade. Além de contemplar a instituição de Comissões Internas, como, Comissão de Prontuários e Análise de Óbitos, de Ética e outras, bem como a criação de instrumento para avaliação da satisfação do usuário quanto ao atendimento na unidade.

FA3 - Qualificação Técnica: Identifica capacidade executora e operacional demonstrada por experiências anteriores, habilidade na execução das atividades, meio de suporte para a efetivação das atividades finalísticas assistenciais, com profissionais habilitados, na busca de desenvolvimento para a saúde coletiva. Avalia a experiência anterior em administração de serviços de gestão hospitalar.

www.isgsaude.org

SALVADOR - BA

Rua Coronel Almerindo Rehen, nº 82
Ed. Bahia Executive Center, 4º andar
sl. 405 - cep: 41.820-768
Caminho das Árvores, Salvador - BA
tel: +55 71 4062.8888

RIO DE JANEIRO - RJ

Praia do Flamengo, 66 - Bloco B
sl. 1002 - cep: 22210-030
Flamengo, Rio de Janeiro - RJ
tel: +55 21 3559.6848

GOIÂNIA - GO

Avenida Olinda, Qd H-4
Lt.01 ao 03 - cep: 74884-120
Park Lozandes, Goiânia - GO
tel: +55 62 3201.3619

SÃO PAULO - SP

Av. Brigadeiro Luís Antônio, 2729
6º andar - cep: 01.401-000
Jardim Paulista, São Paulo - SP
tel: +55 11 4003.1543

Após a análise das propostas de trabalho de cada entidade, a D. Comissão publicou, no dia 27/11/2023, o resultado do julgamento, em que o Recorrente ISG restou desclassificado por não atingir pontuação mínima de 10 pontos no critério FA1, embora tenha atingido nota suficiente para classificação nos demais critérios.

Em face do referido julgamento, o ora Recorrente interpôs o devido recurso administrativo de forma a requerer a majoração da pontuação atribuída aos critérios FA1, FA2 e FA3 da Proposta de Trabalho.

No dia 13 de dezembro de 2023, por meio do Despacho 191/2023/SES/CICGSS-06505, ocorreu a Republicação das matrizes de avaliação, alterando-se apenas as notas do critério FA2.

Sendo assim, o Recorrente irá demonstrar, em tópicos específicos, os motivos que justificam a revisão da sua nota com relação à correção ocorrida na tabela FA2, sem prejuízo do processamento do recurso administrativo originalmente protocolado pelo ISG.

III – PRELIMINAR: AUSÊNCIA DE MOTIVAÇÃO SUFICIENTE NA ANÁLISE DAS PROPOSTAS DE TRABALHO

Como se verifica novamente da republicação das matrizes de avaliação, essa d. Comissão não o fundamentou devidamente, apenas se restringindo a apresentar uma planilha com argumentos sucintos, os quais não demonstraram com precisão os critérios e motivos que levaram à atribuição final de nota técnica.

Como se sabe, a Administração Pública deve se ater à critérios objetivos e estabelecidos no Edital para a análise das propostas técnicas, a fim

de se evitar qualquer subjetivismo, que é amplamente repelido pela doutrina e jurisprudência dos Tribunais de Contas e Tribunais Judiciários.

Inclusive, não estando presentes esses critérios, o ato carece de motivação, que é um requisito essencial do ato administrativo. Assim, qualquer ato que não contenha todos os seus requisitos de validade é nulo.

A motivação, assevere-se, deve ser realizada com clareza, indicando os fundamentos de fato e de direito que ensejaram o ato administrativo. Celso Antônio Bandeira de Mello, referente aos critérios de melhor técnica, afirma que:

“(...) pertinentes ao objeto, enunciados com clareza e objetividade, e levarão em conta a capacitação e experiência do proponente, a qualidade técnica da proposta, compreendendo metodologia, organização, tecnologias e recursos materiais a serem utilizados, bem como qualificação das equipes técnicas a serem mobilizadas para os trabalhos.”²

Consoante a isto, requer-se que seja realizado exame analítico, explicitando os critérios e requisitos de julgamento, conforme o estabelecido no Instrumento de Chamamento Público e seus anexos.

No caso em exame, não se verifica novamente as razões justificadoras praticadas pela D. Comissão Julgadora, que classifica as propostas sem indicar os motivos da formação de sua convicção, atribuindo pontos sem a devida objetividade.

Outrossim, não faz expressa menção aos atos que embasaram as razões de decidir em seu julgamento, os quais, em tese, deveriam ser exaustivamente analisados, haja vista o valor do contrato e a complexidade do

² Curso de Direito Administrativo. 21ª Ed. São Paulo, Malheiros, 2006.

objeto, a fim de conferir acesso aos participantes e de terceiros interessados, para que se permita convicção sobre o ato decisório praticado.

Resta claro, portanto, que a republicação das matrizes de avaliação das propostas padece de clareza e fundamentos que o motivaram. A Comissão de Seleção não deve somente subordinação aos princípios que regem a administração pública, mas também às regras impostas no Edital, uma vez que o ato convocatório estabelece as diretrizes de julgamento.

A ausência de motivação também enseja o cerceamento de defesa na medida em que a Recorrente não teve critérios até mesmo para rebater o julgamento da Comissão.

Ainda assim, mesmo diante da ausência de motivação dada as ilegalidades observadas na subsunção dos documentos apresentados nas propostas às disposições do edital, bem como a abissal discrepância entre os participantes, é possível inferir os motivos supostamente utilizados pela comissão e, portanto, rebatê-los à luz dos parâmetros do edital.

Desse modo, a fim de sanar as irregularidades na republicação das matrizes de avaliação das propostas, passa-se a demonstrar a razões que ensejam a alteração do julgamento da Notas Técnica da ora Recorrente.

IV. MÉRITO

Nessas razões recursais será demonstrado que os fundamentos que subsidiaram a atribuição de nota técnica para a proposta do ora Recorrente, com o devido respeito, merece ser reformada a fim de ocorrer a majoração de sua nota, uma vez que, diversamente do apontado na matriz de avaliação para julgamento e classificação das propostas técnicas (Documento PQ-000-V.2), o ora Recorrente preencheu os requisitos necessários para alcançar a pontuação superior ao atribuído na decisão de resultado, ensejando a sua classificação,

conforme se passa a expor a seguir:

IV.1) FA.2 – Area de Qualidade

- a) "Fluxo de Manutenção Preventiva e corretiva de equipamentos para a unidade de saúde"

A comissão informa que o ISG, ora Recorrente, não apresentou previsibilidade da frequência das manutenções preventivas, porém, entendemos que esta previsibilidade seria realizada durante o processo de implantação da unidade, pois é necessário analisar cada equipamento levando em consideração diversos aspectos, como: manual do fabricante, normas, tempo de uso de cada equipamento, características físicas de cada equipamento, dentre outros, que para desenvolvimento é necessário que tenha conhecimento do parque tecnológico para desenvolvimento do mesmo.

Outra coisa a ser considerada é que o item em discussão, no edital, pede o fluxo da manutenção preventiva e corretiva não pedindo cronogramas específicos, o que torna ilegal a utilização deste critério para julgamento da proposta. Dessa forma, requer a majoração da nota do ora Recorrente para a pontuação máxima.

- b) "Projeto de Educação Permanente individualizada para o estabelecimento

Neste item a comissão informa que não foi apresentado o cronograma e os custos, como em outros itens já mencionados no primeiro recurso, o entendimento, a partir das normas do edital, sempre foi de que os custos para todas as atividades dentro do contrato de gestão estão no valor do custeio mensal já apresentado no projeto, sem custo adicional.

Em relação a cronograma, informamos que para sua elaboração é necessário um estudo local e aprofundado das necessidades de cada área, categoria profissional e demandas. Durante a visita técnica feita à unidade, essas informações pormenorizadas não são passadas e necessitam de uma avaliação mais ampla. Um cronograma de educação permanente sem essa avaliação criteriosa pode ocasionar perda de recursos, desmotivação da equipe e inadequação a real necessidade.

Portanto, o ISG realiza anualmente seus cronogramas de educação permanente após análises das necessidades junto a cada uma das áreas e seus gestores, o que mostra ser desarroado a retirada de nota por falta de cronograma e custo. Pedimos, dessa forma, a revisão da pontuação deste item para atribuição de nota máxima.

V. DO PEDIDO

Pelas razões apresentadas, fica nítido que o Instituto Sócrates Guanaes -ISG atendeu plenamente, com excelência, o quanto solicitado no Edital, apresentando na sua proposta de trabalho o conteúdo com abordagens, demonstrações e indicações consistentes, com capacidade de análise e síntese do escopo solicitado.

Razão pela qual, vem, respeitosamente, requerer à Douta Comissão que sejam revistas as notas atribuídas a ora Recorrente no item FA2, de forma a majorar a sua nota técnica, com fundamento na insubsistência dos motivos que ensejaram a sua atribuição.

Por fim, reitere-se o primeiro recurso apresentado pelo ISG, para que sejam revistas as notas atribuídas ao ora Recorrente, em especial no critério

SALVADOR - BA

Rua Coronel Almerindo Rehen, nº 82
Ed. Bahia Executive Center, 4º andar
sl. 405 - cep: 41.820-768
Caminho das Árvores, Salvador - BA
tel: +55 71 4062.8888

RIO DE JANEIRO - RJ

Praia do Flamengo, 66 - Bloco B
sl. 1002 - cep: 22210-030
Flamengo, Rio de Janeiro - RJ
tel: +55 21 3559.6848

GOIÂNIA - GO

Avenida Olinda, Qd H-4
Lt.01 ao 03 - cep: 74884-120
Park Lozandes, Goiânia - GO
tel: +55 62 3201.3619

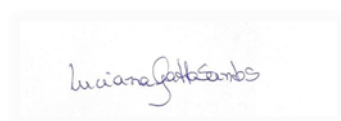
SÃO PAULO - SP

Av. Brigadeiro Luís Antônio, 2729
6º andar - cep: 01.401-000
Jardim Paulista, São Paulo - SP
tel: +55 11 4003.1543

FA.1, de forma a majorar a sua nota técnica e ensejar a sua classificação, com fundamento na insubsistência dos motivos que ensejaram a sua atribuição.

Termos em que pede deferimento.

Goiânia, 14 de dezembro de 2.023.



Luciana Gatto

Assessora Jurídica

Instituto Sócrates Guanaes – ISG



Signed by:

Ernesto Stangueti

diretor.financeiro@isgsaude.org
(Brasília) 15/12/2023 18:54:06

Dr. Ernesto Stangueti

Diretor Financeiro

Instituto Sócrates Guanaes – ISG

www.isgsaude.org

SALVADOR - BA

Rua Coronel Almerindo Rehen, nº 82
Ed. Bahia Executive Center, 4º andar
sl. 405 - cep: 41.820-768
Caminho das Árvores, Salvador - BA
tel: +55 71 4062.8888

RIO DE JANEIRO - RJ

Praia do Flamengo, 66 - Bloco B
sl. 1002 - cep: 22210-030
Flamengo, Rio de Janeiro - RJ
tel: +55 21 3559.6848

GOIÂNIA - GO

Avenida Olinda, Qd H-4
Lt.01 ao 03 - cep: 74884-120
Park Lozandes, Goiânia - GO
tel: +55 62 3201.3619

SÃO PAULO - SP

Av. Brigadeiro Luís Antônio, 2729
6º andar - cep: 01.401-000
Jardim Paulista, São Paulo - SP
tel: +55 11 4003.1543